

A visão da gestão escolar sobre os ataques violentos às escolas brasileiras:

Uma abordagem exploratória das medidas adotadas para prevenção e enfrentamento do problema

Relatório contendo a análise da pesquisa exploratória junto a diretores de escolas brasileiras em atividade que ofertam ensino regular sobre sua atuação nas questões associadas às causas de ataques violentos e ações recomendadas para o enfrentamento do problema

Novembro/2023



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

INEP

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



A visão da gestão escolar sobre os ataques violentos às escolas brasileiras:

Uma abordagem exploratória das medidas adotadas para prevenção e enfrentamento do problema



INEP

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



FICHA INSTITUCIONAL

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Conselho de Administração

Marlene Inês Spaniol – *Presidente*

Conselheiros

Elizabeth Leeds – *Presidente de Honra*

Cássio Thyone A. de Rosa

Denice Santiago

Eduardo Pazinato

Edson Ramos

Marlene Inês Spaniol

Roberto Uchôa

Daniel Cerqueira

Alexandre Pereira da Rocha

Arthur Trindade M. Costa

Paula Ferreira Poncioni

Juliana Lemes da Cruz

Conselho Fiscal

Lívio José Lima e Rocha

Patrícia de Oliveira Nogueira

Sandoval Bittencourt

Diretor Presidente

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Coordenação de Projetos

David Marques

Coordenação Institucional

Juliana Martins

Supervisão do Núcleo de Dados

Isabela Sobral

Pesquisadores Sêniores

Aiala Couto

Juliana Brandão

Rodrigo Chagas

Leonardo Carvalho

Equipe Técnica

Betina Warmling Barros

Dennis Pacheco

Amanda Lagreca Cardoso

Talita Nascimento

Marina Bohnenberger

Thaís Carvalho

Isabella Matosinhos

Cauê Martins

Supervisão Administrativa e

Financeira

Débora Lopes

Equipe Administrativa

Elaine Rosa

Sueli Bueno

Antônia de Araujo

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

Diretoria de Avaliação da Educação Básica

Rubens Campos de Lacerda Júnior – *Diretor de Avaliação da Educação Básica*

Clara Machado da Silva Alarcão – *Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica*

Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais

Fernando Szimanski – *Diretor de Tecnologia e Disseminação de informações Educacionais*

Moisés Henrique Castro da Silva – *Coordenador-Geral de Infraestrutura Tecnológica e Segurança Cibernética*

Emerson Vieira dos Santos – *Chefe de Divisão de Infraestrutura Tecnológica*

Régio Leandro Gomes Sousa – *Engenheiro de software*

Luis Henrique Braz Sobrinho – *Analista de Infraestrutura de T.I.*

Ricardo Max C. Galaxe Filho – *Analista de Infraestrutura de T.I.*

Wesley Lourenço de Araujo – *Administrador de Banco de Dados*

Gabinete da Presidência

Juliana Frizzoni Candian – *Assessora da Presidência*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Zara Figueiredo – *Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão*

Lucas Fernandes Hoogerbrugge – *Chefe de Gabinete*

Cleber Santos Vieira – *Assessor do Gabinete*

Thaís Dias Luz Borges Santos – *Coordenadora-Geral de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas*



FICHA TÉCNICA DA PESQUISA

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA¹

Concepção, desenvolvimento de instrumentos, tabulação dos dados, checagem, análise e redação do relatório final

Supervisão geral

Renato Sérgio de Lima

Coordenação de projeto

David Marques

Equipe

Cauê Martins

Alan Fernandes

Isabela Sobral

Leonardo Carvalho

Betina Barros

Isabella Matosinhos

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP)

Amostragem, ponderação e coleta de dados.

Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb)

Rubens Campos de Lacerda Júnior (*Diretor de Avaliação da Educação Básica*)

Clara Machado da Silva Alarcão (*Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica*)

Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais (DTDIE)

Fernando Szimanski (*Diretor de Tecnologia e Disseminação de informações Educacionais*)

Moisés Henrique Castro da Silva (*Coordenador-Geral de Infraestrutura Tecnológica e Segurança Cibernética*)

Emerson Vieira dos Santos (*Chefe de Divisão de Infraestrutura Tecnológica*)

Régio Leandro Gomes Sousa (*Engenheiro de software*)

Luis Henrique Braz Sobrinho (*Analista de Infraestrutura de T.I.*)

Ricardo Max C. Galaxe Filho (*Analista de Infraestrutura de T.I.*)

Wesley Lourenço de Araujo (*Administrador de Banco de Dados*)

Gabinete da Presidência

Juliana Frizzoni Candian (*Assessora da Presidência*)

¹ Agradecemos à Maria Fernanda Tourinho Peres, Luiz Scorzafave, Luís Flavio Saporì, Patrícia Nogueira, Fabiano Garrido e Beto Vasques pelas contribuições ao instrumento de pesquisa.

Sumário

Ficha técnica da pesquisa.....	4
Apresentação.....	6
Conceito de “ataque à escola”.....	8
Síntese dos resultados da pesquisa.....	9
Síntese das recomendações.....	11
Parte 1: Como as escolas brasileiras estão preparadas para lidar com ataques violentos?.....	13
Ameaças, tentativas e casos de ataques violentos.....	13
Capacitação, protocolos e redes de atenção.....	15
Sistematização de conhecimento e monitoramento.....	18
Reconhecimento do problema pela comunidade escolar e pactuação.....	19
Medidas de segurança.....	20
Confiança nos profissionais de segurança pública.....	23
Atividades para prevenção.....	25
Parte 2: Recomendações.....	27
Prevenção e capacitação.....	28
Avaliação, análise e gestão de riscos e ameaças.....	29
Sistema de notificação de ameaças e casos tentados.....	31
Anexo I. Metodologia.....	32
Anexo II. Questionário completo e resultados.....	34
Referências bibliográficas.....	40



Apresentação

A violência nas escolas é hoje uma preocupação crescente da sociedade brasileira e, mais especificamente, dos gestores educacionais, da comunidade escolar e dos profissionais de segurança pública. As transformações e dinâmicas do tempo social têm imposto novas demandas e feito emergir, com força, contradições e conflitos. Se antes a Escola era um anteparo fundamental de prevenção da violência, agora a Escola está imersa numa teia cada vez mais complexa de exacerbação de antagonismos que tem provocado o deslizamento das margens da violência, o que traz o fenômeno para uma posição central dentro dos limites e fronteiras do debate sobre Escola e Educação. Assim, para que políticas públicas capazes de incidir nesta agenda de modo efetivo sejam formuladas, é necessário produzir informações para que possamos entender a frequência e as características de ocorrências violentas em nosso país. Do contrário, os riscos postos sugerem que, se nada for feito, a sociedade brasileira pode caminhar rapidamente para um processo de falência civilizatória no qual a convivência democrática fique comprometida.

Não à toa, como parte do esforço do Governo Federal para aprofundar a compreensão dos fenômenos sociais que envolvem os ataques violentos às escolas brasileiras, o Ministério da Educação (MEC) consultou o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre a possibilidade de uma parceria para a realização de uma pesquisa junto a diretores de escolas em atividade que ofertam ensino regular para identificar como as escolas brasileiras estão preparadas para enfrentar tais ataques. Diante do pedido do MEC e da urgência social do problema, FBSP e INEP atuaram juntos para, sem custos para o Governo, alinhar suas equipes e desenvolverem, rapidamente, uma proposta de pesquisa amostral e exploratória do fenômeno.

Nesse esforço conjunto, a pesquisa encaminhou questionários a diretores e diretoras de 3.002 escolas brasileiras com aulas no ensino regular (amostra estratificada e representativa de um total de 130.918 unidades que ofertam ensino fundamental anos iniciais, ensino fundamental anos finais ou ensino médio, nos sistemas público e privado) e coletou números sobre as ocorrências de ameaças e casos, tentados e consumados, de ataques violentos às escolas, além de identificar algumas de suas demandas prioritárias no que se refere a ações para prevenção e enfrentamento da situação.² O principal resultado da pesquisa é muito preocupante, pois sugere que **uma em cada oito escolas brasileiras sofreu ameaça ou tentativa de ataque violento nos últimos 12 meses.**

2 A taxa de participação foi de 25,5%, ou seja, 767 das 3.002 escolas previstas responderam à pesquisa. Por esta razão, a amostra foi reponderada. Após esse processo de readequação, a margem de erro prevista (2,0%) subiu para 10,01%.

Do ponto de vista das demandas da gestão escolar, o principal desafio, mais emergencial, identificado pela pesquisa, diz respeito ao **estabelecimento de vínculos fortes entre a comunidade escolar e as redes de atenção** que atuam no território (Conselho Tutelar, unidades de saúde, organizações de segurança pública) e à **criação de matrizes de avaliação de riscos e ameaças** e de **planos de resposta** para cada caso, além da capacitação dos profissionais da educação para atuação mais assertiva nesses casos.

Por outro lado, é preciso que sejam intensificados os programas e atividades curriculares mais estruturantes, de prevenção e de combate ao *bullying*, ao *cyberbullying*, à disseminação de discursos de ódio, crimes de racismo e à violência de gênero no espaço escolar. Por fim, salientamos a importância da criação de um sistema de **avaliação, análise e gestão de riscos e ameaças** e de **notificação compulsória de ameaças e casos tentados**. Para estruturar e formular protocolos e procedimentos internos de avaliação que induzam à notificação, propomos que se estabeleça um **sistema de notificação da informação centralizado pelo Ministério da Educação e articulado com o Ministério da Justiça e Segurança Pública**.

O momento vivido pelas escolas brasileiras é desafiador, mas as comunidades escolares, o governo brasileiro, a Academia e a sociedade civil têm buscado aprofundar o conhecimento sobre esse trágico fenômeno contemporâneo com o objetivo de minorá-lo. Precisamos compreender a dimensão do desafio para intervir assertivamente e enfrentar o problema. Esperamos que a presente pesquisa possa contribuir com esse acúmulo de conhecimento em âmbito nacional, e, também, que possa auxiliar a iluminar prioridades em termos de políticas públicas que minimizem os efeitos devastadores que esses episódios de violência extrema têm provocado ao ambiente escolar, em particular, e à sociedade brasileira, em geral.

Conceito de “ataque à escola”

No contexto desta pesquisa, considera-se como “ataque à escola” aquele **ocorrido durante o turno escolar**, que envolve **um ou mais alunos ou ex-alunos como executores**, e que **causa a morte** de ao menos uma pessoa, não necessariamente estudante. Considera-se a **tentativa de ataque** quando as **razões** conhecidas eram de **causar morte**.³

Situações de violência urbana e social que acabam por atingir e afetar a comunidade escolar, mas cuja motivação não esteja associada à escola como vetor principal de disseminação e/ou cometimento (disputas do tráfico de drogas, violência doméstica/familiar etc.) não são objeto dessa pesquisa.

3 Definição baseada em Kowalsky et al., 2021.

Síntese dos resultados da pesquisa

A pesquisa revelou que a quantidade de ocorrências de ameaças e ataques (tentados ou consumados) a escolas é impressionante e assustadora. O equivalente a **uma em cada oito escolas brasileiras sofreu ameaça ou tentativa de ataque nos últimos 12 meses (isto é, 12,6% do total, ou 16.506 escolas)**.⁴

Apesar desse contexto de significativa prevalência de casos, a pesquisa evidenciou que a gestão escolar, em geral, não possui capacitação ou ferramentas para endereçá-los. Ainda que parcela importante da gestão tenha capacitação para identificar alunos propensos ao cometimento de ataques violentos às escolas (59,0% das escolas), **a maior parte dos professores não sabe o que fazer para atuar na prevenção dos ataques (70,7% das escolas informam que seus professores não receberam capacitação específica sobre prevenção de ataques violentos)**.

A produção de conhecimento sobre o fenômeno é ainda muito incipiente no Brasil. Não há sistematização de informações sobre ameaças, casos tentados e consumados: **66,7% das escolas não realizam sistematização de registros de ataques ocorridos na escola** que tragam características dos perpetradores e das vítimas, mesmo em caso de ameaças. Além disso, **39,2% das escolas não oferecem aos estudantes espaços de escuta/canais para que alunos que sofrem algum tipo de violência possam reportar o incidente de forma anônima e segura**.

Para explicar a emergência de ataques violentos, os gestores escolares chamam a atenção para o fato de que a violência no entorno da escola é mais importante do que as condições e interações sociais ocorridas dentro do estabelecimento escolar (70,6% concordaram com essa afirmação). Isto é, **para os gestores escolares, ainda que seja muito importante cuidar do clima escolar, as dinâmicas sociais mais amplas também possuem influência significativa na ocorrência de ataques às escolas**.

Esse dado é convergente com resultados encontrados na literatura sobre o assunto, que indicam que entre os fatores que contribuem para a emergência de novos casos de ameaças e ataques estão os fenômenos de violência externos

⁴ A margem de erro de 10,01% da pesquisa implica que o número estimado de escolas que identificaram casos de ameaça ou tentativa de ataque nos últimos 12 meses pode variar de, ao menos, 3.402 (2,6%) a 29.610 (22,6%). Contudo, o cotejamento destes resultados com as informações divulgadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública sobre a Operação Escola Segura aponta que há uma convergência na grandeza do fenômeno observado: em apenas seis meses de trabalhos, a Operação registrou 3.404 boletins de ocorrência, além de ter recebido 8.639 registros em seu canal aberto para receber denúncias referentes a riscos e ameaças em escolas. Se ponderarmos que este último número recobre os seis primeiros meses da Operação, também verificamos uma sugestiva e coerente aproximação às 16.506 (12,6%) escolas que estimamos que tenham vivenciado ameaças e tentativas de ataque nos últimos 12 meses.



ao ambiente escolar, como a propagação de discursos de ódio (supremacistas, racistas, misóginos, etc.) e discursos radicalizados, além do acúmulo de repertório pela frequência aumentada de casos e por sua extensiva documentação (registrando, inclusive em vídeo, imagens, armas, motivações e estratégias empregadas por autores de violência em ataques anteriores às escolas), tanto na imprensa quanto nas redes sociais. Adicional e infelizmente, o caso brasileiro se caracteriza ainda pela amplitude dos efeitos da violência urbana, que impactam significativamente o cotidiano de muitas escolas. **Portanto, não é possível que o enfrentamento do problema se dê exclusivamente pela escola. É tarefa de uma rede de proteção muito mais ampla que envolve, ao menos, assistência social, saúde, segurança pública e justiça.**

Do ponto de vista estrutural e preventivo, a maior parte das escolas aposta no controle de acesso realizado por funcionários como principal medida de segurança física (85,3%). Contudo, **apenas 17,4% das escolas possuem funcionário especialmente capacitado para lidar com ameaças de ataques violentos.**

Quando olhamos para as medidas emergenciais que as escolas estão preparadas para tomar a partir da ocorrência de uma ameaça ou de um ataque, o cenário não é muito melhor: **apenas 37,8% das escolas possuem plano/protocolo de resposta a emergências em casos de ataques violentos.**

Além disso, em muitos contextos, há desconfiança entre a gestão escolar e as instituições de segurança pública. **Apenas 32,4% das escolas entendem haver confiança suficiente entre a comunidade escolar e os profissionais de segurança pública para a construção da segurança no ambiente escolar.**

Os dados evidenciam, portanto, que o tipo de encaminhamento de um caso de ameaça ou de ataque (tentado ou consumado) dependerá, em grande medida, do estabelecimento educacional, do perfil da gestão escolar e da rede de serviços na qual ela está inserida. Aqui há, portanto, muito espaço para o **desenvolvimento de metodologias e políticas públicas que subsidiem a ação da gestão educacional tanto na prevenção quanto no endereçamento de casos, assim como possibilitem a ampliação da base de conhecimento sobre os principais fatores que condicionam a emergência do fenômeno.**

Síntese das recomendações

A partir da análise das evidências produzidas ao longo da pesquisa, elencamos um conjunto de recomendações ao poder público. Evidentemente, tais recomendações não se pretendem exaustivas, tendo em vista a existência de diversas iniciativas paralelas, muitas das quais capitaneadas pelo MEC, que se debruçam sobre o problema sob diferentes prismas. No entanto, a presente pesquisa nos permite destacar, a seguir, as sete iniciativas que consideramos prioritárias na interface entre a gestão escolar e outros serviços da rede de atenção:

1. Criar um sistema de notificação compulsória de ameaças e casos tentados, centralizado pelo MEC, com interface com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, para formular ações integradas, articulando Sistemas Nacionais existentes - Educação, Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Sistema Único de Saúde (SUS), Socioeducativo). A Lei Federal nº 14.643, de 2 de agosto de 2023, autorizou o Poder Executivo a implantar, em articulação com os estados, os Municípios e o Distrito Federal, o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (SNAVE). Há ainda duas oportunidades: i) que este sistema se utilize da infraestrutura tecnológica existente no Sinesp, do MJSP. E; ii) que seus indicadores associados sejam incorporados à revisão do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, ora em processo de atualização pelo MJSP em termos de suas ações estratégicas, indicadores e metas.
2. Incentivar a estruturação de canais/espços de escuta para que estudantes possam reportar à escola, de forma segura e anônima, a ocorrência de violências de que sejam vítimas ou ameaças de que tenham conhecimento.
3. Fomentar a adoção de programas de desenvolvimento de habilidades socioemocionais, de prevenção ao *bullying* e ao *cyberbullying* e de atenção biopsicossocial aos estudantes.
4. Promover repositórios e iniciativas de estudo e pesquisa multidisciplinar sobre a emergência de ataques violentos às escolas que se debrucem sobre o conjunto de fatores que contribuem para a emergência de ameaças e ataques violentos às escolas, incluindo os aspectos internos ao ambiente escolar, assim como aqueles relacionados ao ambiente social mais amplo.



5. Capacitar os profissionais da educação para o reconhecimento de situações e comportamentos de risco no ambiente escolar.
6. Estruturar e fomentar a implementação local de matrizes de gestão, avaliação e análise de riscos e ameaças nas escolas.
7. Desenvolver e/ou fomentar a articulação e/ou ampliação de redes de atenção e apoio aos estabelecimentos educacionais, incluindo a assistência social, a saúde, a segurança pública e a justiça, com foco na prevenção e resposta à emergência de ameaças e casos de ataques às escolas.

Em outro sentido, cabe destacar que a presente pesquisa, em consonância com a literatura que estuda programas de prevenção a ataques violentos em escolas, evidencia ainda que algumas medidas não funcionam para prevenir a ocorrência desse tipo de violência. **A intensificação da vigilância e controle da circulação de pessoas no espaço escolar – por meio de videomonitoramento, módulos de controle, catracas, detectores de metal – é um tipo de resposta a esses eventos que produz sensação imediata de segurança, mas cuja eficácia na prevenção de eventos futuros é restrita.** Do mesmo modo, não existem evidências de que alterações legislativas sobre a maioria penal ou propostas que ampliam o acesso a armas de fogo dissuadam agressores e reduzam a ocorrência de casos dessa natureza. Muito pelo contrário, os estudos demonstram que essas medidas agravam o quadro desolador de violência.

Parte 1

Como as escolas brasileiras estão preparadas para lidar com ataques violentos?

AMEAÇAS, TENTATIVAS E CASOS DE ATAQUES VIOLENTOS

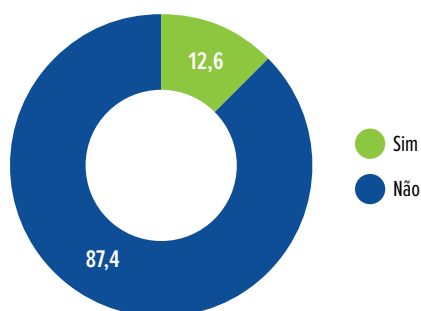
Cada vez mais, a violência extrema faz parte do cotidiano das escolas brasileiras, comprometendo não somente a efetivação de sua função social como espaço de formação para o desenvolvimento pessoal, socioemocional e para a participação cidadã, mas, de modo ainda mais trágico, ameaçando e atentando contra a vida da comunidade escolar, sobretudo de estudantes e corpo docente. A pesquisa constatou que as ameaças e tentativas de ataques violentos se disseminou e se naturalizou no ambiente escolar de modo muito perverso.

Solicitamos aos diretores e diretoras das escolas participantes da pesquisa que nos respondessem, com relação à própria escola, “sobre a ocorrência de ameaças ou ocorrência de ataques violentos no espaço escolar”. O primeiro item questionou especificamente se, “nos últimos 12 meses, a escola identificou, registrou e/ou endereçou casos de tentativas de ataques violentos no espaço escolar”, requerendo aos respondentes que assinalassem sim ou não e, em caso afirmativo, que informassem o número de casos de tentativas nos últimos 12 meses. Para essa questão, registrou-se que 12,6% das escolas brasileiras declararam ter sofrido tentativas de “ataques violentos” nos últimos 12 meses.



GRÁFICO 1

Ocorrência de ameaças e tentativas de ataques violentos no espaço escolar, amostra Brasil (em %).



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, INEP, 2023.

Entretanto, no processo de checagem qualitativa das respostas junto a um conjunto de 30 escolas, inferimos que parte dos respondentes interpretou casos de *ameaça* de ataque como *tentativa* de ataque. Uma escola contatada em Manaus (AM), por exemplo, informou sobre a ocorrência de três casos de tentativa de ataques violentos no período coberto pelo questionário. O contato com a equipe gestora da escola revelou, no entanto, que todos esses casos se referem a ameaças de ataques que dois estudantes de 16 anos fizeram por meio de perfil falso em uma rede social (no qual faziam apologia a armas e a extremismo de direita). Concluímos que é muito provável que a descrição que abre o bloco de questões em que se pergunta especificamente sobre tentativas e casos de ataque tenha induzido parte dos respondentes a considerarem também as ameaças como tentativas.⁵ Portanto, sugerimos que se amplie a abrangência do fenômeno, de modo a considerar, conexo às tentativas de ataque, também o registro de ameaças pelas escolas respondentes. Isso nos permite inferir que, aproximadamente, uma em cada oito escolas brasileiras sofreu *ameaça ou tentativa* de ataque nos últimos 12 meses.

Contudo, vale ressaltar, é preciso que esse número seja interpretado com cautela, uma vez que a margem de erro de 10 pontos torna necessária a ressalva de que esses dados oscilam entre 2,6% e 22,6% de escolas que oferecem ensino regular no país. Assim, uma análise mais conservadora nos permite afirmar que, *ao menos*, 2,6% das escolas (número estimado em 3.402 unidades de ensino) reportaram tentativa ou ameaça de ataque violento. É digno de nota que esse número mínimo de escolas estimadas em que houve tentativa ou ameaça de ataques se aproxime do número de boletins de ocorrência registrados por ocasião da Operação Escola Segura, articulada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) em parceria com os estados, lançada em abril de 2023. Segundo divulgação do MJSP, em seis meses de trabalhos, a operação levou à geração de 3.404 boletins de ocorrência.⁶ Por outro lado, retornando à perspectiva original de que 12,6% das escolas identificaram, registraram ou endereçaram ameaças ou tentativas de ataque nos últimos 12 meses, podemos estimar que esse percentual corresponda a 16.506 estabelecimentos de ensino, quase o dobro dos 8.639 registros que o MJSP computou em seu canal aberto para receber denúncias referentes a riscos e ameaças em escolas. Se ponderarmos que esse número recobre os seis primeiros meses da operação, também verificamos uma sugestiva e coerente aproximação às 16.506 escolas que estimamos que tenham vivenciado ameaças e tentativas de ataque nos últimos 12 meses.

5 “Pergunta 8. Com relação a sua escola, responda sobre a ocorrência de ameaças ou ocorrências de ataques violentos no espaço escolar”.

6 Ver: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/lancada-em-abril-operacao-escola-segura-ja-efetuou-400-prisoas-e-apreensoes>

O item seguinte do instrumento de pesquisa questionou sobre os casos em que houve ataques violentos consumados no espaço escolar, nos últimos 12 meses. O resultado aponta que 4,5% das escolas registraram ocorrências dessa natureza. Mais uma vez, como a margem de erro precisou ser readequada, o intervalo de confiança de 0 a 14,5% inviabiliza o uso dessa informação para um diagnóstico do cenário. A checagem qualitativa revelou que algumas escolas assinalaram como ataque à escola ocorrências relacionadas a disputas entre facções criminosas e situações de ameaças entre membros da comunidade escolar, como nos foi relatado por escolas de Volta Redonda (RJ), Sinop (MT) e São José dos Pinhais (PR). Uma escola de São Paulo (SP) também registrou como “caso de ataque”, ocorrências de depredação de patrimônio cometidas fora do turno escolar, aos fins de semana, mas que se valiam, por outro lado, de simbologias associadas aos ataques violentos (os agressores eram estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental que invadiram a escola utilizando balaclavas no contexto em que ocorreram atentados no país, em abril de 2023).

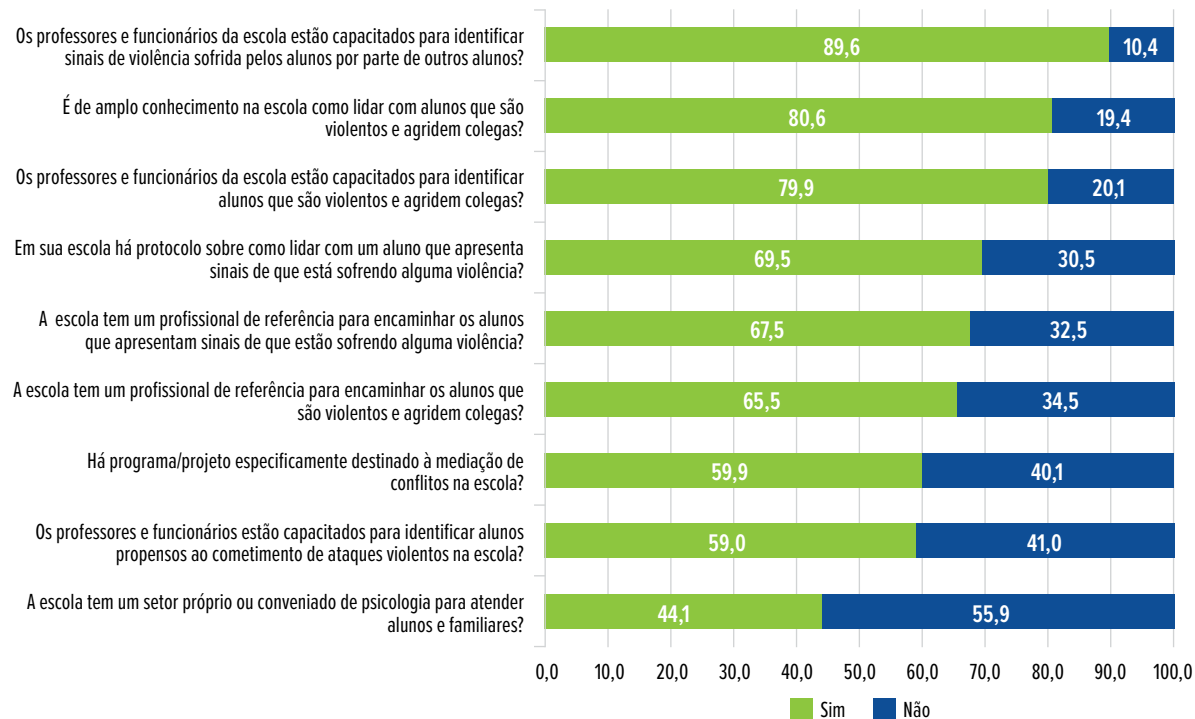
CAPACITAÇÃO, PROTOCOLOS E REDES DE ATENÇÃO

Mesmo nesse contexto de preocupante prevalência de ameaças e tentativas de ataques violentos às escolas, ainda faltam protocolos e profissionais capacitados para lidar com o problema. Ainda que a maioria das escolas (89,6%) afirme que seus professores e funcionários estão preparados para identificar sinais de violência sofrida pelos alunos por parte de outros alunos e que, no mesmo sentido, 79,9% dos estabelecimentos informem que professores e funcionários estão capacitados para reconhecer alunos violentos e que agridem os outros colegas, apenas 59,0% admitiram ter profissionais capacitados para identificar alunos propensos ao cometimento de ataques violentos

No que diz respeito a protocolos, profissionais capacitados e projetos específicos para a identificação de alunos violentos ou vítimas de violência, propensos ao cometimento de ataques, bem como para a mediação de conflitos, falta profissional de referência pronto para o encaminhamento de alunos violentos em 34,5% das escolas. E apenas 44% das escolas dispõem de setor próprio ou conveniado para apoio psicológico a familiares e alunos. Destaca-se, ainda, a disparidade entre as redes pública e particular quanto à existência de profissional de referência para encaminhar alunos que sofrem violência: 67,5% das escolas brasileiras afirmam que possuem essa referência, porém, nesse caso específico, 85,4% das escolas privadas disseram dispor do profissional contra 63,1% das escolas públicas, o que mostra uma significativa diferença entre ambas as realidades.

GRÁFICO 2

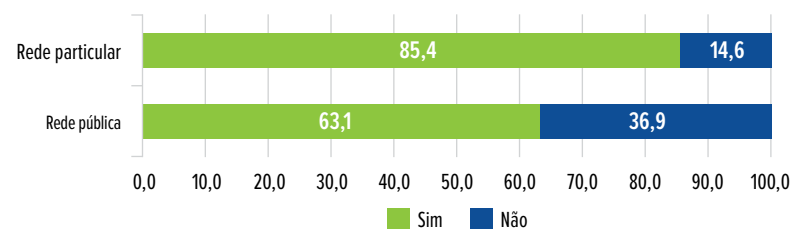
Existência de profissionais capacitados, plano ou protocolo de ação e profissionais de referência (em %).



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, INEP, 2023.

GRÁFICO 3

Existência de profissional de referência para encaminhar alunos que apresentam sinais de que estão sofrendo alguma violência, por rede de ensino (em %).



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, INEP, 2023.

No que se refere à aproximação às redes de atenção do entorno, os principais desafios concernem ao estabelecimento e registro de fluxos de referência para o encaminhamento de alunos a Unidades de Saúde, Unidades de Assistência Social (CRAS ou CREAS) e Centros de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPS-i) e, principalmente, à rara discussão entre a equipe escolar e os profissionais que atendem na rede parceira acerca dos casos de estudantes encaminhados pela escola.

GRÁFICO 4

Existência de profissional de referência para encaminhar alunos que apresentam sinais de que estão sofrendo alguma violência, por rede de ensino (em %).



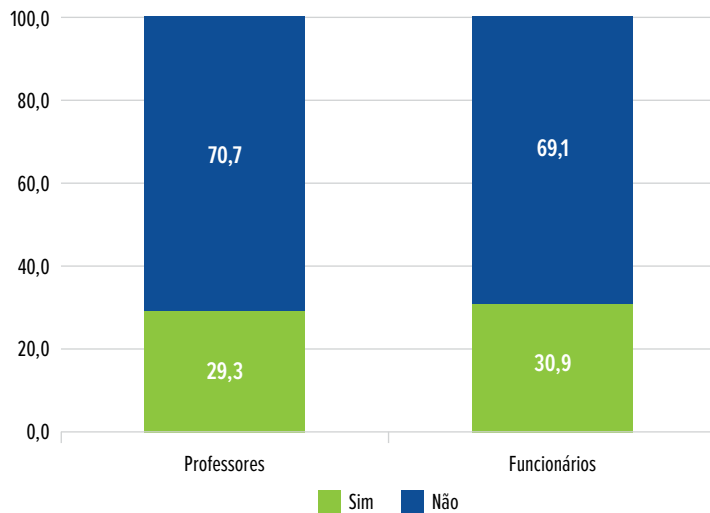
Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, INEP, 2023.

Em relação ao treinamento dos profissionais e à sistematização de registros e ameaças de ataques, há baixa capacitação dos profissionais que atuam na escola para promoverem ações de prevenção: apenas 29,3% das escolas informam que seus professores receberam algum tipo de capacitação sobre prevenção específica de ataques violentos. Tendência similar foi observada, nesse quesito, para os funcionários (30,9%).



GRÁFICO 5

Existência de professores e funcionários capacitados para a prevenção à ataques violentos (em %).



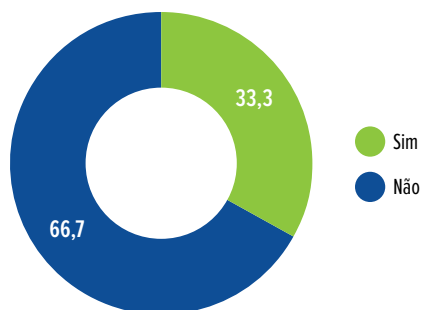
Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, INEP, 2023.

SISTEMATIZAÇÃO DE CONHECIMENTO E MONITORAMENTO

Outro ponto abordado foi se existe algum tipo de sistematização dos registros de ataque às escolas que tragam dados como características dos perpetradores e vítimas, mesmo em caso de ameaças. Nesse sentido, também é incipiente a sistematização dos registros: somente 33,3% das escolas realizam esse tipo de monitoramento.

GRÁFICO 6

Sistematização dos registros de ameaças e ataques ocorridos na escola (em %).

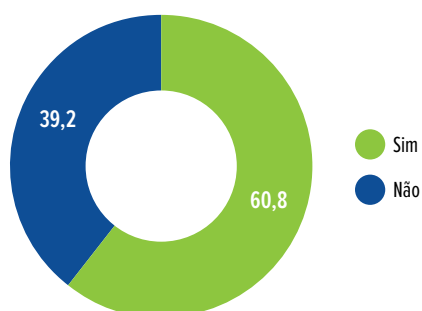


Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, INEP, 2023.

Por outro lado, a maioria dos estabelecimentos oferece espaços de escuta para que os estudantes que sofrem violência relatem, segura e anonimamente, o ocorrido: 60,8% das escolas informam a existência de canais do tipo. Essa oferta, entretanto, precisa ser universalizada, contemplando o outro terço de escolas que não dispõe desses espaços de escuta.

GRÁFICO 7

Oferta de espaços de escuta para que alunos reportem violência sofrida (em %).



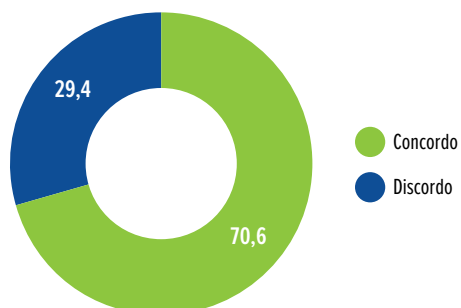
Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, INEP, 2023.

RECONHECIMENTO DO PROBLEMA PELA COMUNIDADE ESCOLAR E PACTUAÇÃO

Um dos blocos do questionário abordou o reconhecimento do problema e a pactuação de medidas de prevenção junto à comunidade escolar. Na percepção dos respondentes, há ampla aceitação das medidas de prevenção, bem como interesse em desenvolver ações nesse sentido (acima de 95% de aceitação, para cada um dos segmentos da comunidade: professores, funcionários, alunos e familiares ou responsáveis). No entanto, a maior parte das diretoras e diretores informa que, no contexto dos ataques violentos, tem mais motivos para se preocupar com a violência que atinge o entorno da escola do que com as situações internas à escola: 70,6% consideram a violência do entorno e do território em que a escola se localiza como o fator mais importante para a explicação de ataques violentos, mais importante do que as condições e interações que ocorrem dentro do estabelecimento escolar. Ou seja, a maioria dos gestores considera que as dinâmicas sociais mais amplas impactam de modo mais significativo a emergência desses ataques.

GRÁFICO 8

Percepção da violência do entorno e do território onde a escola se localiza como fator mais importante para a explicação dos ataques violentos (em %).



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, INEP, 2023.

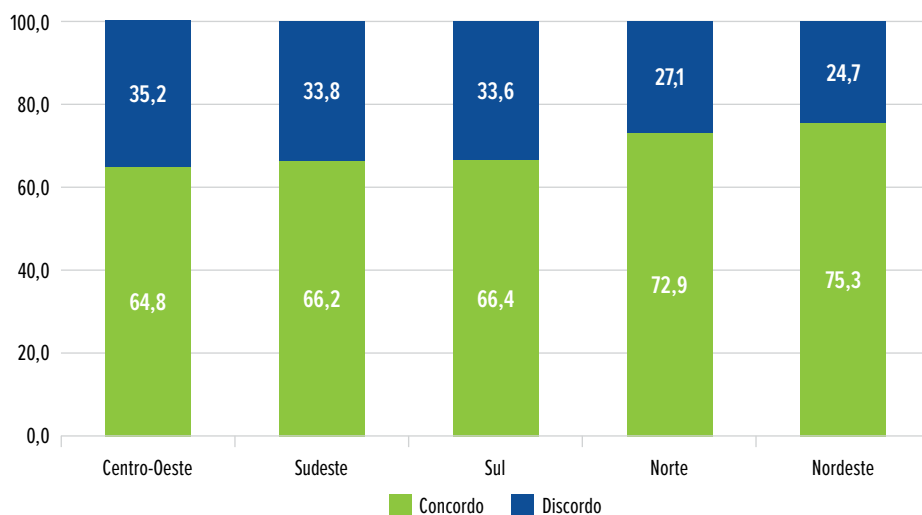


Podemos interpretar esses dados com base nos estudos que ressaltam a relação entre os ataques violentos às escolas e a radicalização dos discursos “ultraconservadores e extremistas de direita” na sociedade brasileira (CARA, 2022). A propagação de discursos de ódio, supremacistas, racistas e misóginos, e a disseminação de vídeos, imagens, armas, motivações e estratégias empregadas por autores de violência em ataques anteriores a escolas, tanto na imprensa quanto nas redes sociais, são fatores que contribuem para a emergência de novos casos de ameaças e ataques. Além disso, a convivência cotidiana com a violência no entorno em que as escolas se localizam também é percebida pela gestão das escolas como tendo influência para a explicação dos ataques. Portanto, para enfrentar o problema, é necessário que seja articulada uma rede de atenção que englobe assistência social, saúde, justiça e segurança pública.

A desagregação desse valor por macrorregião do Brasil indica, entretanto, que as escolas das regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste atribuem menos a explicação para os ataques a fatores externos. Isto é, os dados nos informam que nas regiões em que ocorreram os atentados mais recentes (Sul e Sudeste), os diretores entendem as interações que aconteceram no próprio estabelecimento como mais influentes para a ocorrência do fenômeno.

GRÁFICO 9

Percepção da violência do entorno e do território onde a escola se localiza como fator mais importante para a explicação dos ataques violentos, por região (em %).



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, INEP, 2023.

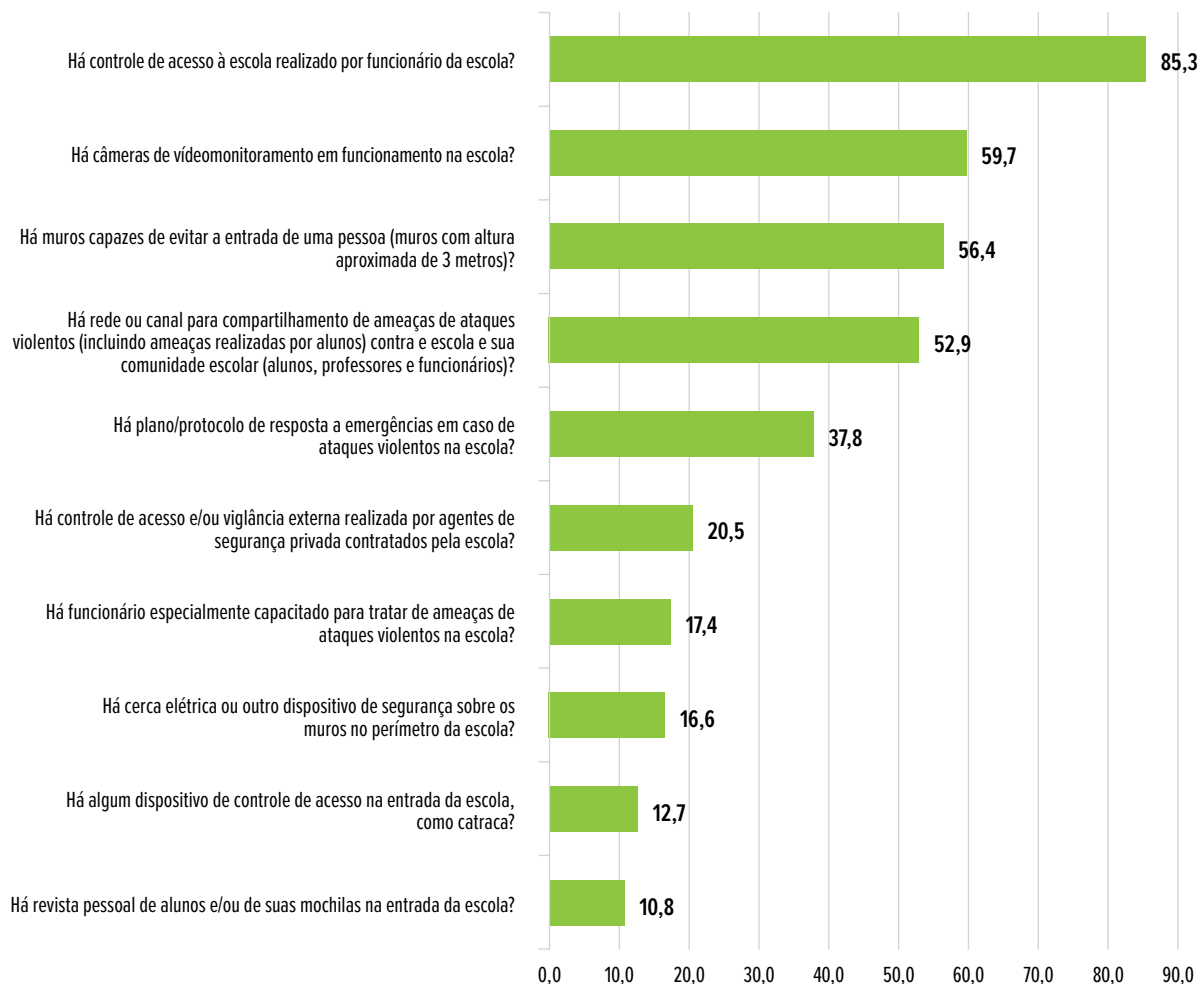
MEDIDAS DE SEGURANÇA

Com relação a outras medidas de segurança adotadas pelas escolas, a maior parte dos estabelecimentos aposta no controle de acesso realizado por funcionários como principal medida de segurança física (85,3%). Sobressai-se, entretanto, a escassez de funcionário especialmente capacitado para tratar de ameaças de ataques violentos (17,4%) e a inexistência de planos e protocolos de resposta a emergências do tipo (62,2%). Iniciativas que reforçam apenas

as barreiras de controle e vigilância têm se mostrado ineficazes para enfrentar o problema, de modo que é preciso que se estruture e incentive a formulação e adoção de planos de avaliação de ameaças e de respostas emergenciais.

GRÁFICO 10

Existência de outras medidas de segurança (em %).



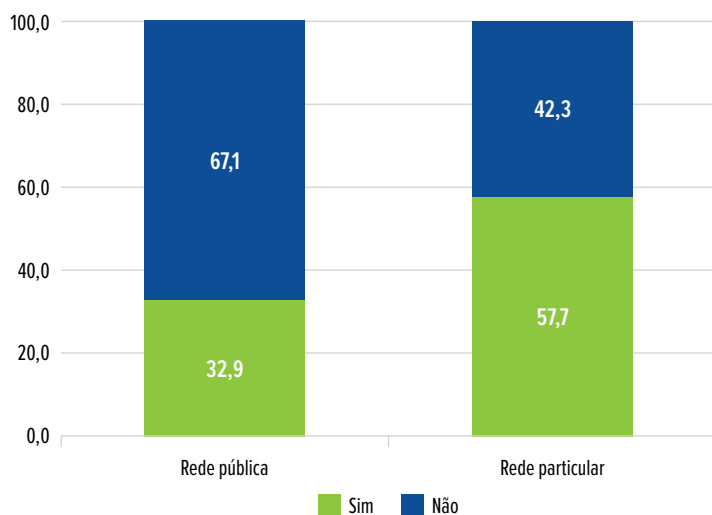
Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, INEP, 2023.

Acerca da existência de planos de resposta a ataques, há disparidade significativa na comparação entre as redes de ensino, uma vez que 57,7% das escolas da rede privada disseram ter algum tipo de plano ou protocolo, contra apenas 32,9% das públicas. A maioria das que disseram ter algum tipo de plano está na região Sudeste, com 47,2% das escolas; seguida pelas regiões Sul, com 44,4%; Centro-Oeste, 43,1%; Norte, com 33,8%; e Nordeste, com 29,5%.



GRÁFICO 11

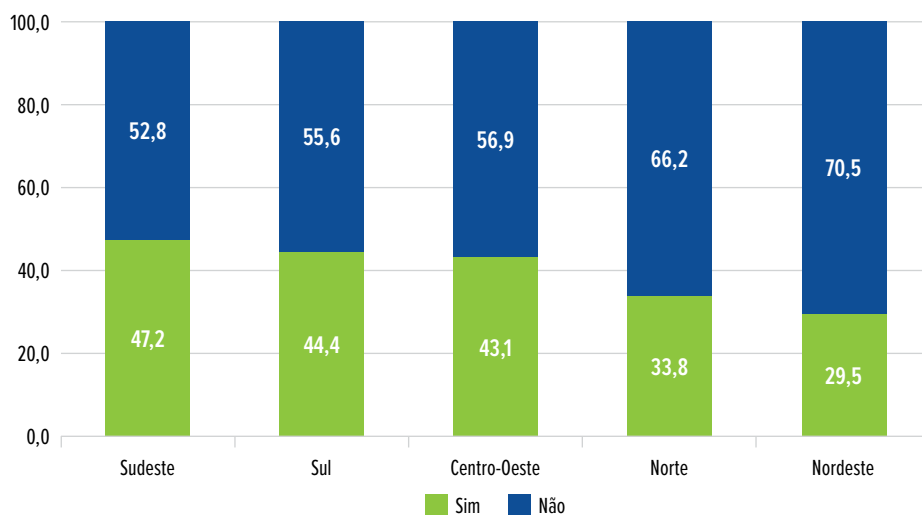
Existência de plano ou protocolo de resposta a emergências em caso de ataques violentos na escola, por rede de ensino (em %).



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, INEP, 2023.

GRÁFICO 12

Existência de plano ou protocolo de resposta a emergências em caso de ataques violentos na escola, por região (em %).



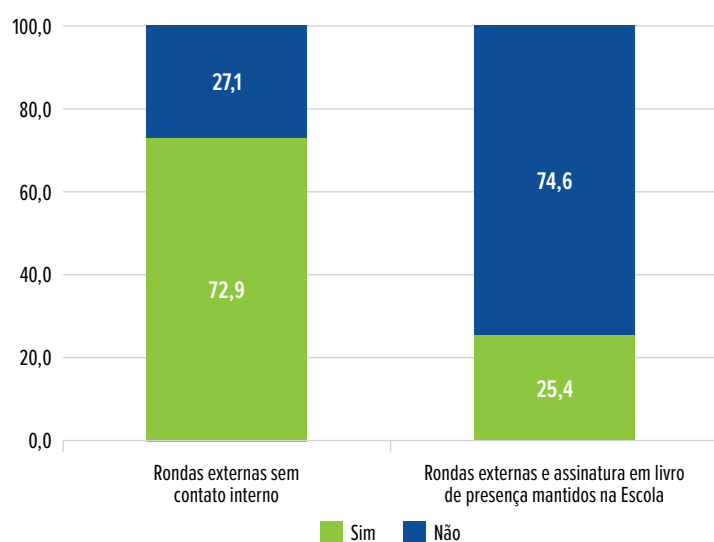
Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, INEP, 2023.

CONFIANÇA NOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Os diretores relatam ampla participação de profissionais de segurança pública em projetos e patrulhamento do território: 72,9% das escolas contam com rondas externas, 70,3% informam que são realizadas palestras sobre prevenção da violência por profissionais de segurança pública e 40,1% assinalam que esses profissionais participam de projetos de mediação de conflitos no espaço escolar.

GRÁFICO 13

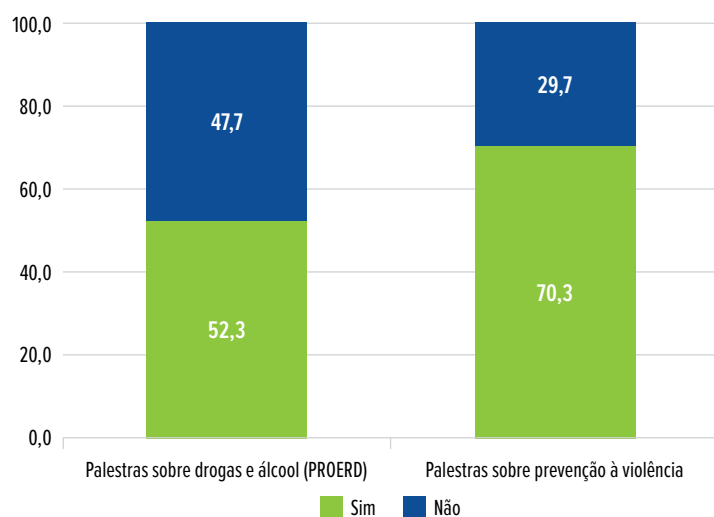
Existência de rondas externas e assinatura de livro presença por profissionais de segurança pública (em %).



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, INEP, 2023.

GRÁFICO 14

Realização de palestras por profissionais de segurança pública (polícia militar ou guarda civil municipal) (em %).

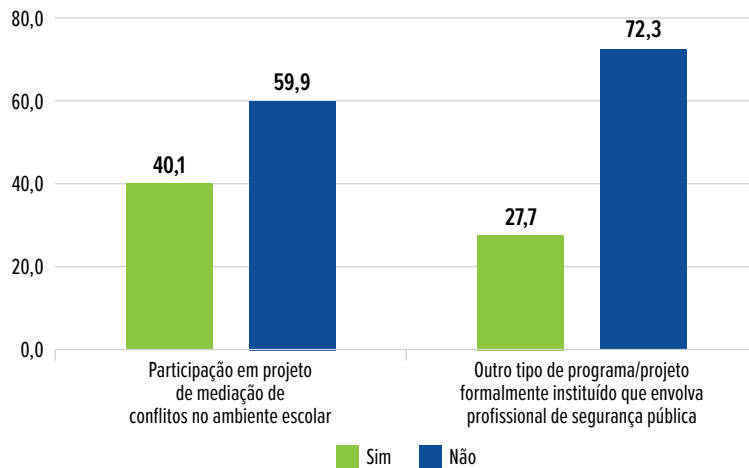


Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, INEP, 2023.



GRÁFICO 15

Participação de profissionais de segurança pública em projetos na escola (em %).

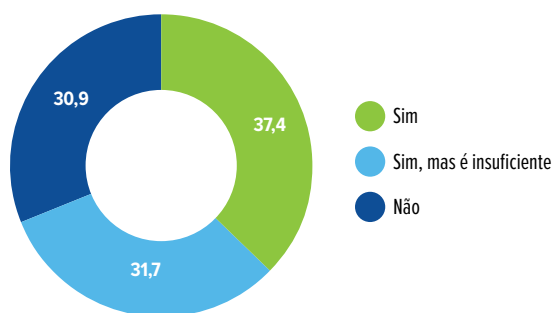


Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, INEP, 2023.

Apesar da ampla participação dos profissionais da segurança pública em projetos e patrulhamento do território, a confiança entre a comunidade escolar e instituições de segurança pública (polícia militar ou guarda civil municipal) é insatisfatória: 31% dos diretores afirmam que não há confiança suficiente entre a comunidade e os profissionais de segurança. A maior desconfiança foi registrada na região Nordeste, com 37,9%; e a menor no Centro-Oeste, com apenas 21,2%.

GRÁFICO 16

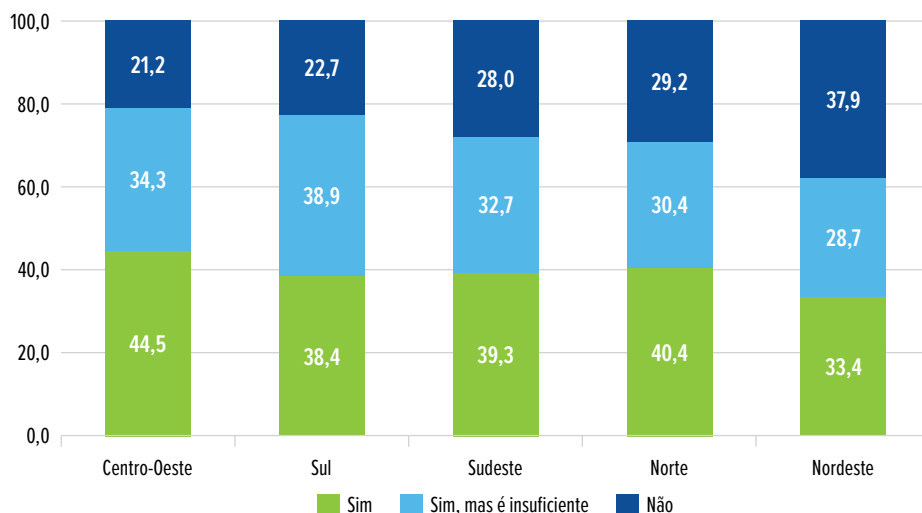
Confiança nos profissionais de segurança pública (em %).



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, INEP, 2023.

GRÁFICO 17

Confiança nos profissionais de segurança pública, por região (em %).



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, INEP, 2023.

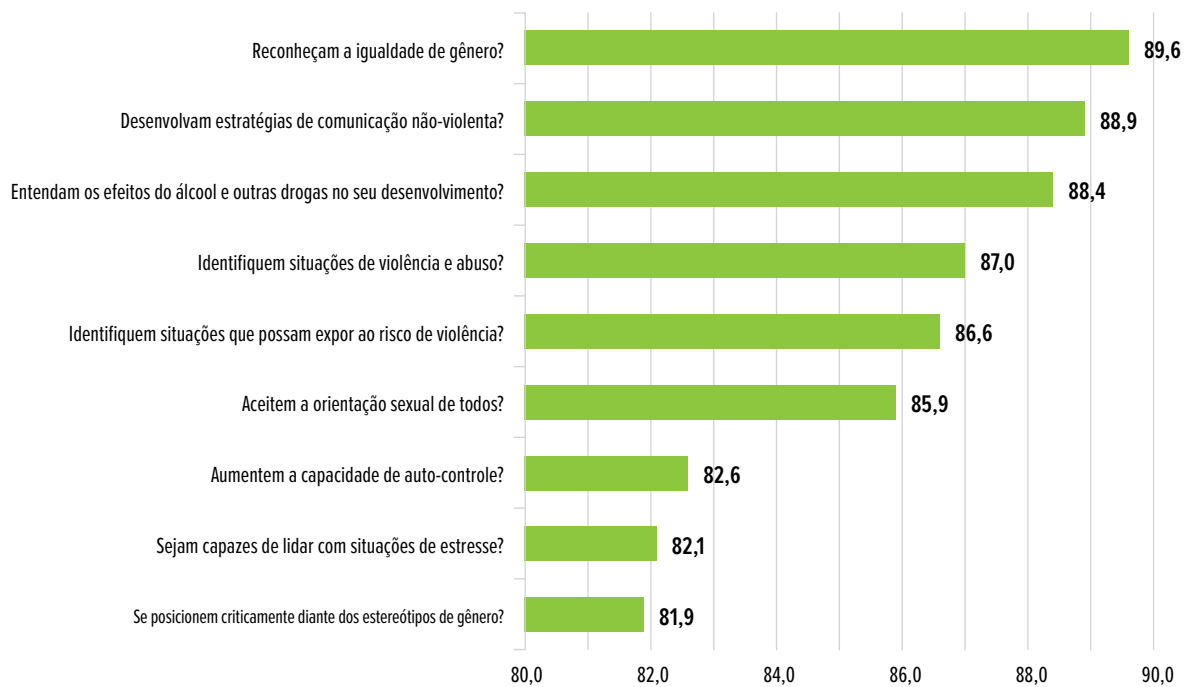
ATIVIDADES PARA PREVENÇÃO

O questionário ainda listou 25 atividades de prevenção a serem desenvolvidas no currículo da escola e perguntou quais dessas atividades são realizadas por cada uma das escolas. A maioria dos temas (58,3%) é abordado por mais de 90% das escolas (como *bullying*, desenvolvimento de pensamento crítico, empatia, autoestima, solidariedade, reconhecimento de direitos, etc.). As atividades menos desenvolvidas são as que envolvem temáticas de gênero, sexualidade e capacidades para o autocontrole e para lidar com situações de estresse. A identificação dessa carência de programas de prevenção social na escola que tratem do posicionamento crítico diante de estereótipos de gênero e que desenvolvam capacidades para lidar com situações de tensão sinaliza para a relevância em se desenvolver ações que abordem essas temáticas. Desde a proliferação dos eventos de ataques violentos a escolas, a partir do caso Columbine, que aconteceu nos Estados Unidos em 1999, uma característica que os atravessa é uma espécie de “crise da masculinidade”, na qual homens jovens se valem de armas para criar identidades ultra masculinas. Esses sujeitos explodem em fúria como uma forma de pseudorresolução de suas crises e buscam notoriedade midiática e entre seus pares radicalizados (Kellner, 2013). Nesse sentido, é importante que se priorize e incentive o desenvolvimento de programas de prevenção sobre a temática de gênero, programas que introduzam questionamentos sobre papéis estereotipados de masculinidade agressiva e autoritária e, ainda, que desenvolvam capacidades socioemocionais para o autocontrole e para lidar com situações de estresse.



GRÁFICO 18

Desenvolvimento de atividades de prevenção (em %).



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, INEP, 2023.

Parte 2

Recomendações

Tomando-se por base a presente pesquisa, identificamos algumas demandas prioritárias para o desenvolvimento de políticas públicas de prevenção que possam auxiliar as escolas brasileiras no enfrentamento das causas dos ataques violentos e a responder às suas consequências.

Evidentemente, tais recomendações não se pretendem exaustivas, tendo em vista a existência de diversas iniciativas paralelas, muitas das quais capitaneadas pelo MEC, que se debruçaram sobre o problema sob diferentes prismas. No entanto, a presente pesquisa nos permite destacar, a seguir, as sete iniciativas que consideramos prioritárias na interface entre a gestão escolar e outros serviços da rede de atenção:

Em primeiro lugar, observando as atividades curriculares de prevenção desenvolvidas nas escolas, percebemos uma frequência minoritária de atividades que tratam de tópicos associados a comportamentos de risco apontados há tempos por estudos da área: violência de gênero (Kellner, 2013) e capacidade para lidar com situações cumulativas de tensão (Madfis, Levin, 2009). Destaca-se, em segundo lugar, a demanda por capacitação dos profissionais que atuam na escola, uma vez que 40% dos professores e funcionários das escolas não estão capacitados para identificar alunos propensos ao cometimento de ataques violentos e ao menos 94.986 escolas brasileiras não contam com profissional especialmente capacitado para responder ameaças de ataques. Ressaltamos, ainda, um terceiro e importante ponto: ao menos 68.331 escolas não possuem plano ou protocolo de resposta a emergências em caso de ataques violentos. É preciso, portanto, induzir e implementar medidas de prevenção, capacitação, monitoramento e avaliação de ameaças e riscos associados ao cometimento de ataques violentos nas escolas brasileiras.

Recomendamos, a seguir, ações prioritárias para que essas demandas sejam endereçadas:

1. Criar um sistema de notificação compulsória de ameaças e casos tentados, centralizado pelo MEC, com interface com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, para formular ações integradas, articulando Sistemas Nacionais existentes (Educação, SUSP, SUAS, SUS, Socioeducativo).
2. Incentivar a estruturação de canais e espaços de escuta para que estudantes possam reportar à escola, de forma segura e anônima, a ocorrência de violências de que sejam vítimas ou ameaças de que tenham conhecimento.



3. Fomentar a adoção de programas de desenvolvimento de habilidades socioemocionais, de prevenção ao *bullying* e ao *cyberbullying* e de atenção biopsicossocial aos estudantes.
4. Promover repositórios e iniciativas de estudo e pesquisa multidisciplinar sobre a emergência de ataques violentos às escolas que se debrucem sobre o conjunto de fatores que contribuem para a emergência de ameaças e ataques violentos às escolas, incluindo os aspectos internos ao ambiente escolar, assim como aqueles relacionados ao ambiente social mais amplo.
5. Capacitar os profissionais da educação para o reconhecimento de situações e comportamentos de risco no ambiente escolar.
6. Estruturar e fomentar a implementação local de matrizes de gestão, avaliação e análise de riscos e ameaças nas escolas.
7. Desenvolver e/ou fomentar a articulação e/ou ampliação de redes de atenção e apoio aos estabelecimentos educacionais, incluindo a assistência social, a saúde e a segurança pública, com foco na prevenção e resposta à emergência de ameaças e casos de ataques às escolas.

PREVENÇÃO E CAPACITAÇÃO

É preciso, antes de tudo, que se assimilem as medidas que não funcionam para a prevenção de ataques violentos a escolas. As respostas imediatas de intensificação de policiamento e medidas de monitoramento e controle de acesso são relevantes para tranquilizar a comunidade escolar no curto prazo, porém não produzem resultados de prevenção no médio e longo prazo (Bondü, Scheithauer, 2009). Também não há evidências de que medidas de “tolerância zero” que envolvam punição automática, como expulsão ou transferência compulsória de estudantes que infringem alguma lei (porte de arma, por exemplo), tenham efetividade disciplinar (Bondü et al., 2013). Adicionalmente, existem evidências fortes de que medidas de internação, programas de simulação de aprisionamento, campos de treinamento forçado (*boot camps*) e de redução da maioria penal agravam ou provocam efeitos colaterais aos problemas que pretendem solucionar, pois não dissuadem o cometimento de crimes ou diminuem a reincidência em atos infracionais entre adolescentes (Kopittke, 2023).

O que os estudos da área documentam fartamente é que algumas medidas bem-sucedidas de prevenção primária (ou universal) são prioritárias: a melhoria do clima escolar, a adoção de programas de desenvolvimento de habilidades socioemocionais e de prevenção ao *bullying* e ao *cyberbullying*, a contratação ou o estabelecimento de parcerias com rede de atenção psicológica e outros serviços de saúde (Bondü et al., 2013).

No caso do déficit de professores e funcionários capacitados para responder ameaças e identificar alunos propensos ao cometimento de ataques violentos, um investimento prioritário em prevenção secundária é o treinamento e capacitação desses profissionais para que reconheçam comportamentos de risco com base em protocolos internos implementados em programa de gestão e análise de risco (descrito a seguir).

AVALIAÇÃO, ANÁLISE E GESTÃO DE RISCOS E AMEAÇAS

Como identificar precocemente estudantes que apresentam comportamentos de risco e demandam intervenção para que não cometam ataques violentos às escolas? Como implementá-las? Tanto a demanda por profissionais capacitados para identificar a propensão a ataques quanto a baixa a sistematização dos dados e características de perpetradores e vítimas, mesmo em caso de ameaças, indicam a necessidade de formulação de ações que visam identificar e corrigir apropriadamente situações nas quais há indícios, intenções ou ameaças de ocorrência desse tipo de violência. Com o objetivo de promover a capacitação dos profissionais, a construção de redes de atenção e de protocolos de identificação de potenciais agressores ou de ataques em andamento, bem como para tratar ameaças, sugerimos, amparados por estudos da área, que se estruture e fomente a criação de planos e de sistematização e resposta a ameaças, tentativas e casos de ataques com base no cálculo, avaliação e gestão de riscos e ameaças (*Risk and Threat Assessment*).

Uma abordagem sugerida pela literatura que se dedica à pesquisa de programas de prevenção a ataques em escolas é a adoção de um instrumento estruturado para a avaliação de riscos com base na combinação de um conjunto de fatores de risco e no cálculo da probabilidade de sua consumação em atos violentos. Existem alguns modelos de avaliação de risco ao cometimento de violência por jovens, em geral. Podemos mencionar, por exemplo, dois programas implementados no contexto estadunidense, o “*Dallas Threat of Violence Risk Assessment (DTVRA)*” (Van Dyke; Schroeder, 2006) e o “*Structured Assessment of Violence Risk in Youth (SAVRY)*” (Borum, Bartel, & Forth, 2002). O primeiro enumera 19 fatores de risco de violência, derivados de revisão da literatura, para os quais, para cada item, classifica-se como baixo, médio ou alto e atribui-se, respectivamente, uma pontuação de 1 a 3. O segundo consiste em 24 itens empiricamente identificados como preditores de violência entre adolescentes. Na Alemanha, um “Sistema dinâmico de avaliação de riscos” (DyRiAS) foi elaborado em Darmstadt com base em 32 questões e oferece um módulo específico para ataques de violência extrema em escolas que calcula o risco de ocorrência de ataque em uma escala que varia de 1 a 7 pontos (Bondü et al., 2013).

Um desafio para a implementação de programas de avaliação de risco é a baixa especificidade dos fatores de risco associados ao cometimento de ataques violentos em escolas. Muitos deles são genéricos e podem apontar falsamente ou estigmatizar estudantes que apresentam, por exemplo, “aumento no uso de álcool e drogas” ou “promovem vandalismo e danos à propriedade” como passíveis de cometer um ataque de violência extrema. Adicionalmente, existem poucos estudos que avaliam a eficácia desses programas.

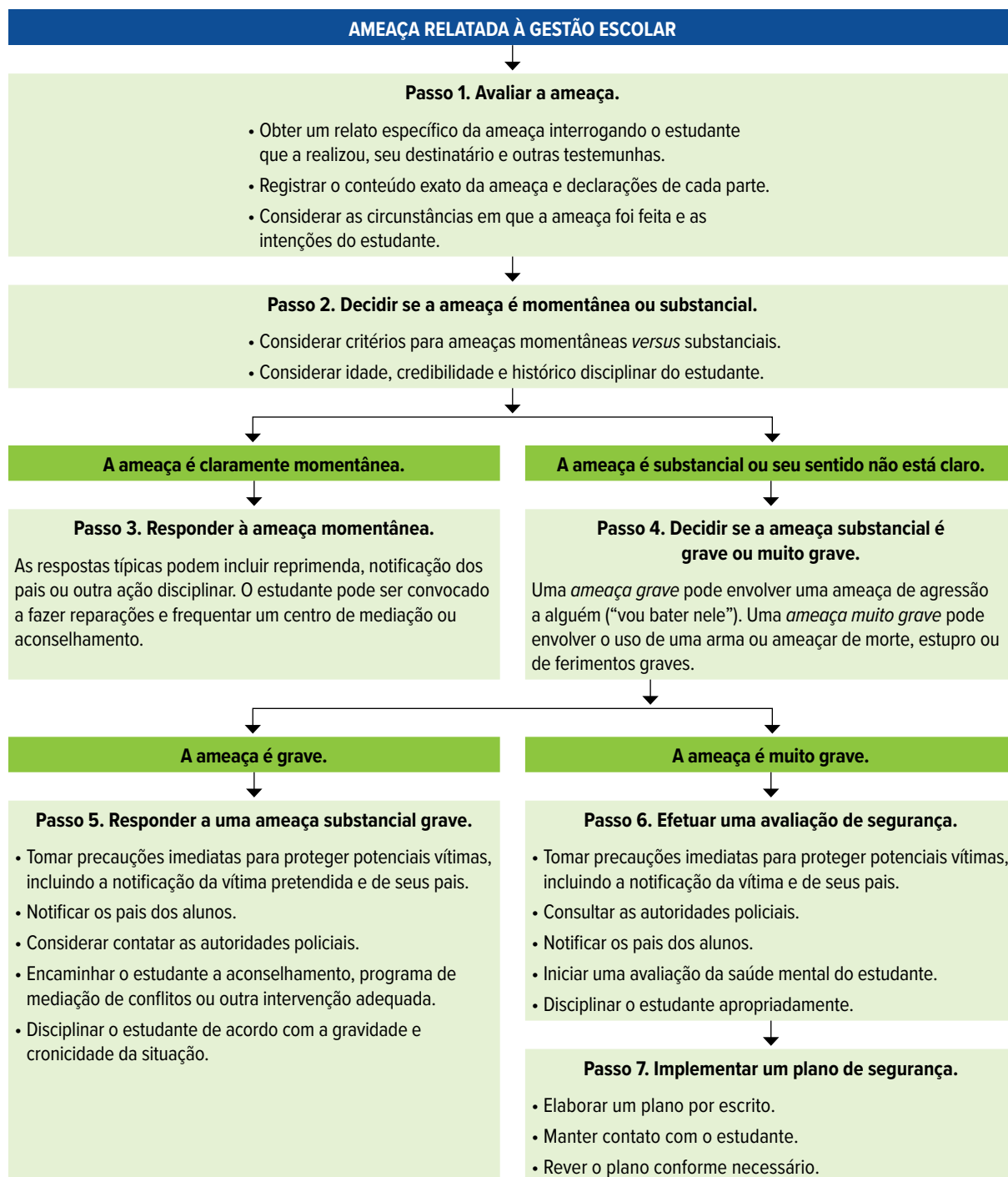
Os programas cuja aplicabilidade tem se mostrado mais factível são os de *avaliação de ameaças* (Cornell, 2020; Muschert, Madfis, 2014; Bondü et al., 2013; Newman et al., 2005; Vossekuil et al., 2004; O’Toole, 2000). Existem alguns instrumentos dedicados à análise de ameaças de ataques às escolas que podem ser tomados como suporte para a elaboração de uma iniciativa adequada para o contexto brasileiro. É possível elaborar e oferecer orientações à equipe gestora das escolas brasileiras, de modo a guiá-la – com base em fluxograma, matriz de risco ou árvore de decisão – tanto para que identifique comportamentos e declarações que ameaçam a comunidade escolar quanto para que responda imediatamente e evite a concretização da violência.

A árvore de decisão proposta por Dewey Cornell no contexto do programa *Virginia Student Threat Assessment Guidelines* é um bom exemplo de como orientar a tomada de decisão no caso de ameaças e comportamentos de risco identificados no espaço escolar. O fluxograma propõe uma estrutura que merece ser considerada, sobretudo no que

diz respeito aos quatro nós de probabilidade (circulados na Figura 1) para os quais se sugerem decisões específicas de acordo com a gravidade da ameaça (Cornell, 2013)⁷.

FIGURA 1

Árvore de decisão para avaliação de ameaças sugerida pelo programa *Virginia Student Threat Assessment Guidelines*.



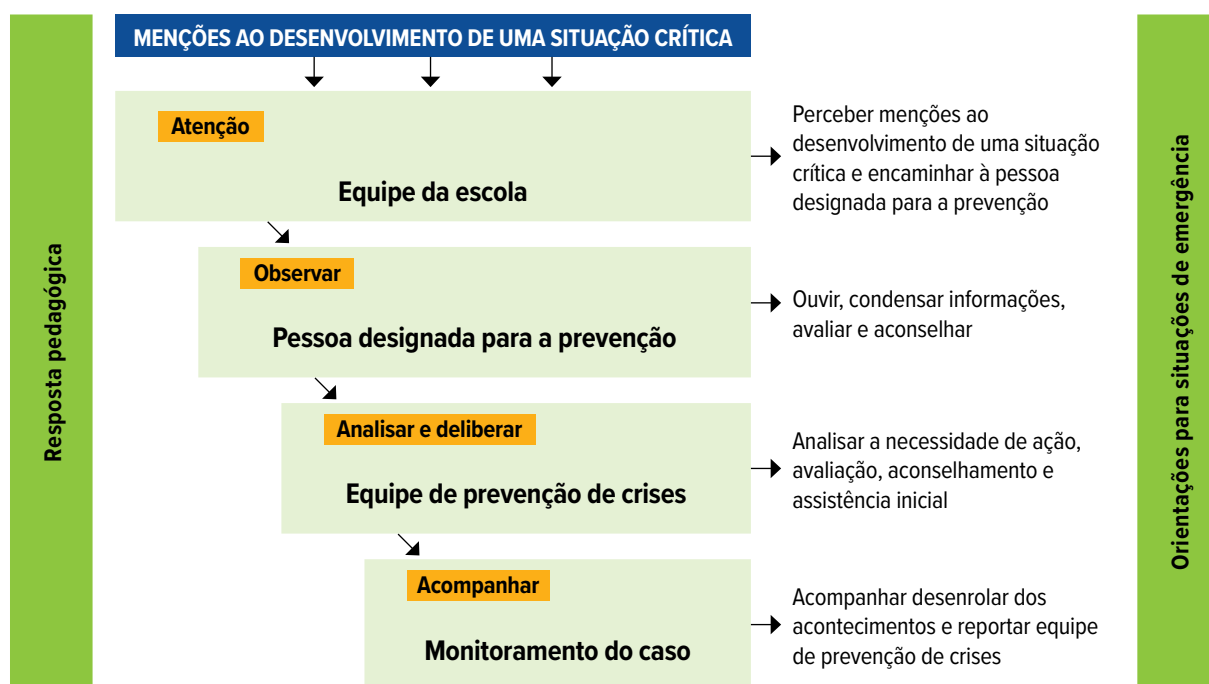
Fonte: Cornell, 2013, p. 384.

⁷ Vale enfatizar que esse modelo foi elaborado na década passada para um programa específico implementado nas escolas de uma unidade federativa estadunidense e naturalmente não deve ser aplicado ao contexto brasileiro sem reformulações e adequações às características que o fenômeno de ataque de violência extrema às escolas assume em nosso país

As orientações do programa NETWASS, adotado na Alemanha, considera um espectro mais amplo de comunicações e comportamentos (postagens em redes sociais, atividades escolares, desenhos, dissertações, poemas, canções, diário, histórias) que compõe um conjunto de referências de que uma situação crítica está se desenvolvendo e merece atenção e cuidado por parte da comunidade escolar. O programa volta sua atenção para as menções que o agressor antecipa de suas intenções e planos por meio do vazamento (*leaking*) de qualquer tipo de comunicação, atitude ou comportamento que possa servir de alerta de que uma possível crise está florescendo e precisa de medidas de prevenção.

FIGURA 2

Modelo de prevenção de crises NETWASS.



Fonte: Leuschner et al., 2013, p. 408.

SISTEMA DE NOTIFICAÇÃO DE AMEAÇAS E CASOS TENTADOS

Por fim, frente à inexistência de planos e protocolos de resposta a emergências em caso de ataques violentos em 62,2% das escolas brasileiras, recomendamos a criação de um sistema de notificação compulsória dos casos tentados, centralizado pelo MEC, com interface com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, para formular ações integradas, articulando Sistemas Nacionais existentes (Educação, SUSP, SUAS, SUS, Socioeducativo).

A Lei Federal nº 14.643, de 2 de agosto de 2023, autorizou o Poder Executivo a implantar, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (SNAVE). Há ainda duas oportunidades: i) que este sistema se utilize da infraestrutura tecnológica existente no Sinesp, do MJSP. E; ii) que seus indicadores associados sejam incorporados à revisão do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, ora em processo de atualização pelo MJSP de suas ações estratégicas, indicadores e metas.



Anexo I. Metodologia

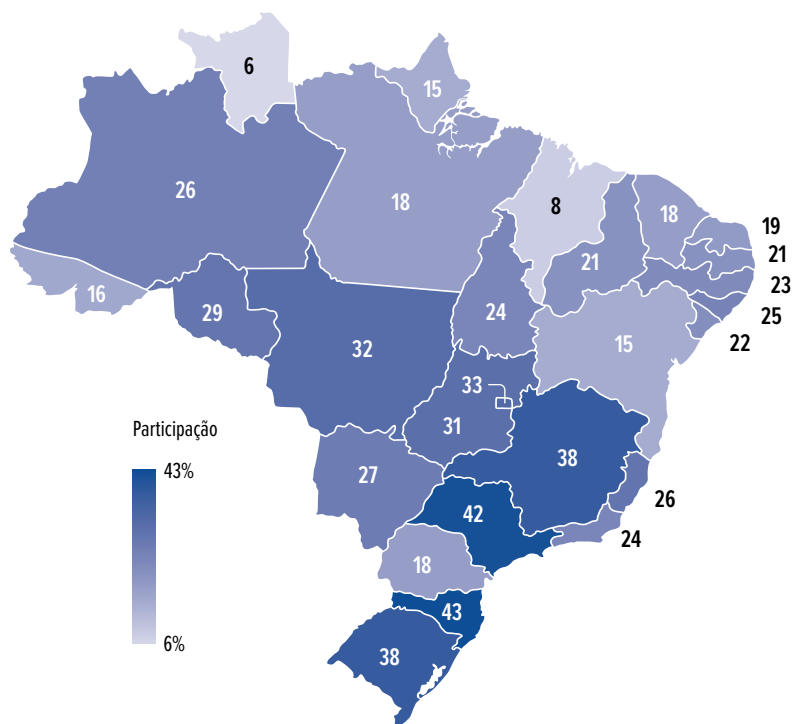
Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e INEP, a pedido do MEC, que visa aprofundar a compreensão acerca dos fenômenos sociais que envolvem ataques ou tentativas de ataques violentos, principalmente motivados por discursos de ódio, *bullying*, racismo, misoginia, intolerância étnica ou religiosa, entre outras manifestações que têm na escola um dos seus principais vetores de disseminação e cometimento.

Como objetivos específicos, a pesquisa visa identificar: 1) como as escolas estão lidando com questões associadas, conforme literatura a respeito, às causas de tais ataques violentos e, 2) quais são as demandas prioritárias para a formulação de políticas públicas específicas de prevenção a esse tipo de fenômeno social e que possam ajudar a comunidade escolar a lidar com suas graves consequências.

O questionário foi direcionado a diretores de escolas em atividade no Brasil que ofertam ensino regular fundamental ou médio. Assim, a unidade de análise da pesquisa é a escola. Inicialmente, foi construída uma amostra estratificada de 3.002 de um total de 130.918 escolas, a partir dos seguintes estratos: macrorregiões do país, porte do município, tipo de rede de ensino (pública ou particular), localização (urbana ou rural) e nível de complexidade da gestão escolar. Responderam ao instrumento de pesquisa 767 (25,5%) das 3.002 escolas previstas. Engajaram-se mais as escolas situadas nas Unidades da Federação em que ocorreram ataques recentes, como Santa Catarina (42,5%) e São Paulo (42,2%).

FIGURA 3

Taxa de participação na pesquisa, por Unidade da Federação (em %).



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, INEP, 2023.

O questionário foi composto por oito perguntas fechadas, cada uma delas com múltiplos itens com questões específicas, e reunido em seis blocos:

1. Reconhecimento do problema e pactuação
2. Capacitação e monitoramento
3. Prevenção por meio das atividades curriculares
4. Protocolos, redes de atenção e cuidados com os envolvidos (vítimas e perpetradores)
5. Relação com sistema de segurança pública e outras medidas de segurança
6. Casos de ataques violentos ocorridos na escola

Por conta do baixo percentual de participação dos diretores selecionados para a amostra, os estratos tiveram de ser readequados. Após a realização desse procedimento de pós-estratificação, a fim de manter as proporções observadas na população de escolas na amostra efetiva, a amostra final considerou três dos cinco estratos anteriormente previstos: macrorregiões, redes de ensino e localização, o que permitiu a cobertura de todas as escolas da população (130.918 escolas), mas inviabilizou desagregação e cruzamentos por porte municipal, complexidade da gestão escolar e Unidade da Federação. Após o processo de readequação da amostra, a margem de erro prevista (2,0%) subiu para 10,01%. Como a margem de erro ficou ampla, optamos por destacar no presente relatório as questões em que havia maior disparidade entre os itens de resposta. A rigor, todos os resultados podem ser utilizados, respeitando e apresentando os intervalos de confiança que, por conta da margem de erro recalculada, ficaram elevados. Os casos nos quais os intervalos de confiança de diferentes respostas se sobrepõem, por exemplo, prejudicam a interpretação dos resultados.

Com base nos questionários preenchidos, procedeu-se etapa complementar de checagem e contato com diretores e diretoras de 30 escolas públicas e privadas no país para validação das respostas e verificação da consonância com os conceitos adotados. Inicialmente, foi selecionado um conjunto de 15 escolas com base na estratificação proporcional em três variáveis proposta pelo INEP (macrorregião, rede de ensino pública ou privada, localização urbana ou rural).⁸ Adicionalmente, fizemos contato piloto com uma escola municipal da cidade de São Paulo/SP que havia reportado seis tentativas e três casos de ataques. Em seguida, contatamos outras 14 escolas para checagem das respostas, priorizando as escolas que, em resposta ao questionário, discordam totalmente ou em parte sobre a importância da violência do entorno para a explicação dos ataques.⁹ Do total de 30 escolas em que a validação qualitativa de dados foi realizada, nossa demanda foi efetivamente atendida por 11 diretores.

8 As escolas contatadas se situam nos seguintes municípios: Coari/AM, Riachão/PB, Maceió/AL, Sinop/MT, Campinas/SP, Rubim/MG, Brusque/SC, Candeias do Jamari/RO, Surubim/PE, Mossoró/RN, Acopiara/CE, Maxaranguape/RN, Araruama/RJ, Volta Redonda/RJ e Pelotas/RS.

9 Nessa segunda etapa de validação, foram contatadas escolas dos municípios Manaus/AM, Dois irmãos/TO, Porangatu/GO, Gravatá/PE, Recife/PE, Cajazeiras/PB, Alagoinha/PB, Salvador/BA, Volta Redonda/RJ, Rio de Janeiro/RJ, Campinas/SP, São José dos Pinhais/PR e Oliveira/MG.



Anexo II

QUESTIONÁRIO COMPLETO E RESULTADOS

Questionário para a pesquisa: Como as escolas brasileiras estão preparadas para lidar com ataques violentos? (MEC, INEP e FBSP, 2023)					
ID	Questão	Respostas (em %)			
BLOCO 1: Reconhecimento do problema e pactuação					
P.1	A literatura aponta a adição de algumas medidas para a prevenção de ataques violentos nas escolas, nos termos anteriormente definidos, tais como treinamentos (simulações), criação de grupos de professores com especial atenção a comportamentos de risco, palestras sobre bullying, educação para interações em ambientes virtuais. Em sua opinião, e com relação a sua comunidade escolar, você diria que...	Concordo Totalmente	Concordo em Parte	Discordo em Parte	Discordo Totalmente
A	A inclusão de ações específicas para prevenção de ataques violentos na escola seria aceita pelos professores?	84,5	14,0	1,0	0,5
B	A inclusão de ações específicas para prevenção de ataques violentos na escola seria aceita pelos familiares e responsáveis por alunos?	80,2	19,0	0,5	0,4
C	A inclusão de ações específicas para prevenção de ataques violentos na escola seria aceita pelos alunos?	76,2	22,1	1,2	0,5
D	A inclusão de ações específicas para prevenção de ataques violentos na escola seria aceita pelos funcionários?	87,4	11,2	0,9	0,6
E	Na escola existem professores interessados em desenvolver ações para prevenção de ataques violentos?	64,4	30,4	3,8	1,4
F	A Violência do entorno e do território onde a escola está localizada é mais importante para a explicação dos ataques violentos do que as condições/interações sociais ocorridas dentro do estabelecimento escolar	31,4	39,2	17,9	11,5
G	Na escola existem funcionários interessados em desenvolver ações para prevenção de ataques violentos?	59,4	32,3	5,8	2,5
H	Identifica pais e responsáveis por alunos que colaborariam com ações desenvolvidas para prevenção de ataques violentos na escola?	56,1	35,6	5,7	2,5
I	Na escola existem alunos interessados em desenvolver ações específicas para prevenção de ataques violentos?	50,1	38,9	7,0	4,0
J	Especifique, se houver, medidas para prevenção de ataques violentos adotadas em sua escola:	437 respostas (56,7%)			

continua

BLOCO 2: Capacitação e monitoramento			
P.2	A capacitação para os ataques às escolas prevê uma série de medidas. Para essa pesquisa, consideraremos a formação ao enfrentamento ao bullying, a formação ao encaminhamento à rede de atenção à saúde mental e treinamento de atuação em caso de ataques. Com relação a sua escola, responda as questões a seguir.	Sim	Não
A	Os professores da escola já receberam algum tipo de capacitação sobre prevenção específica de ataques violentos?	29,3	70,7
B	Funcionários da escola já receberam algum tipo de capacitação sobre prevenção específicas de ataques violentos?	30,9	69,1
C	Há uma sistematização dos registros em relação aos ataques ocorridos na escola, que tragam dados como características dos perpetradores e vítimas, mesmo em caso de ameaças?	33,3	66,7
D	A escola oferece espaços de escuta/canais para que os alunos que sofrem algum tipo de violência na escola possam reportar o incidente de forma anônima e segura?	60,8	39,2
E	Especifique, se houver, ações de capacitação ou monitoramento a respeito de ataques violentos adotadas em sua escola:	241 respostas (33,3%)	

BLOCO 3: Prevenção por meio das atividades curriculares			
P.3	Em sua escola, são desenvolvidas atividades para que os alunos:	Sim	Não
A	identifiquem situações de violência e abuso?	87,0	13,0
B	busquem ajuda quando estão passando por situações de violência e abuso?	92,0	8,0
C	desenvolvam estratégias de comunicação não-violenta?	88,9	11,1
D	desenvolvam a empatia?	97,2	2,8
E	desenvolvam a auto-estima?	95,7	4,3
F	desenvolvam a capacidade de pensamento crítico?	97,2	2,8
G	sejam capazes de lidar com situações de estresse?	82,1	17,9
H	aumentem a capacidade de auto-controle?	82,6	17,4
I	identifiquem situações que possam expor ao risco de violência?	86,6	13,4
J	identifiquem o potencial lesivo do bullying e se posicionem a favor das vítimas?	92,8	7,2
K	reconheçam a igualdade de gênero?	89,6	10,4
L	aceitem a orientação sexual de todos?	85,9	14,1
M	tenham uma postura crítica com relação ao preconceito e à desigualdade racial?	94,6	5,4
N	reconheçam os direitos de todos?	95,0	5,0
O	se posicionem criticamente diante dos estereótipos de gênero?	81,9	18,1

continua



BLOCO 3: Prevenção por meio das atividades curriculares			
P.3	Em sua escola, são desenvolvidas atividades para que os alunos:	Sim	Não
P	aceitem todas as crenças e religiões igualmente?	93,8	6,2
Q	aceitem posições políticas diferentes?	92,0	8,0
R	respeitem a vontade dos colegas?	96,1	3,9
S	sejam solidários?	97,4	2,6
T	consigam impor seus limites quando não querem fazer algo que seus colegas fazem?	92,0	8,0
U	entendam os efeitos do álcool e outras drogas no seu desenvolvimento?	88,4	11,6
V	entendam as consequências do bullying, compreendido como a prática sistemática e repetitiva de atos de violência física ou psicológica contra indivíduos ou grupos específicos que formam a comunidade escolar.	94,0	6,0
W	reconheçam riscos envolvidos no uso de álcool e outras drogas?	90,0	10,0
X	tenham conhecimento e perspectiva crítica sobre os diversos riscos inerentes ao ambiente digital e nas redes sociais?	89,8	10,2
Z	outras atividades, especifique:	177 respostas (23,3%)	

BLOCO 4: Protocolos e redes de atenção e cuidados com os envolvidos (vítimas e perpetradores)					
P.4	Com relação a sua escola, responda as questões a seguir.	Sim	Sim, mas insuficiente	Não	Não, e a escola não deveria oferecer tais serviços/ atividades
A	Os professores e funcionários da escola estão capacitados para identificar sinais de violência sofrida pelos alunos por parte de outros alunos?	28,8	60,8	10,3	0,2
B	A escola tem um profissional de referência para encaminhar os alunos que apresentam sinais de que estão sofrendo alguma violência?	42,5	24,9	31,2	1,4
C	Em sua escola há protocolo sobre como lidar com um aluno que apresenta sinais de que está sofrendo alguma violência?	38,1	31,4	29,7	0,8
D	Os professores e funcionários da escola estão capacitados para identificar alunos que são violentos e agredem colegas?	36,1	43,8	19,8	0,3
E	A escola tem um profissional de referência para encaminhar os alunos que são violentos e agredem colegas?	41,0	24,4	33,5	1,0
F	É de amplo conhecimento na escola como lidar com alunos que são violentos e agredem colegas?	39,0	41,6	19,0	0,4
G	Há programa/projeto especificamente destinado à mediação de conflitos na escola?	31,7	28,2	39,9	0,2
H	Os professores e funcionários estão capacitados para identificar alunos propensos ao cometimento de ataques violentos na escola?	21,1	38,0	40,4	0,5
I	A escola tem um setor próprio ou conveniado de psicologia para atender alunos e familiares?	24,6	19,5	53,7	2,2

continua

BLOCO 4: Protocolos e redes de atenção e cuidados com os envolvidos (vítimas e perpetradores)			
P.5	Com relação a sua escola, responda as questões a seguir.	Sim	Não
A	A equipe da escola conhece as unidades de saúde que estão localizadas no mesmo território e podem receber os alunos quando necessário?	93,3	6,7
B	Há um fluxo de referência bem estabelecido para o encaminhamento dos alunos da escola para unidades de saúde do território?	68,8	31,2
C	Os casos de alunos da escola que são encaminhados para unidades de saúde são discutidos pela equipe escolar com os profissionais de saúde que os atendem?	59,5	40,5
D	A equipe da escola conhece o Conselho Tutelar da nossa região?	93,5	6,5
E	Há um fluxo de referência bem estabelecido para o encaminhamento de casos de alunos da escola para o Conselho Tutelar, quando necessário?	84,8	15,2
F	Os casos de alunos da escola que são encaminhados ao Conselho Tutelar são discutidos pela equipe da escola com os profissionais que os atendem no Conselho Tutelar?	77,0	23,0
G	A equipe da escola conhece as unidades de assistência social (CRAS e/ou CREAS) que estão localizadas no mesmo território e podem receber os alunos, quando necessário?	88,2	11,8
H	Há um fluxo de referência bem estabelecido para o encaminhamento de alunos da escola para unidades de assistência social (CRAS e/ou CREAS) do território?	68,4	31,6
I	Os casos de alunos da escola que são encaminhados para unidades de assistência social (CRAS e/ou CREAS) são discutidos pela equipe da escola com os profissionais que os atendem nas unidades de assistência social?	64,3	35,7
J	Na região da escola há CAPS-i (infanto-juvenil)?	46,2	53,8
K	A equipe da escola conhece o CAPS-i que está localizado no mesmo território e pode receber os alunos, quando necessário?	47,1	52,9
L	Há um fluxo de referência bem estabelecido para o encaminhamento de alunos da escola para CAPS-i do território?	36,9	63,1
M	Os casos de alunos da escola que são encaminhados para CAPS-i são discutidos pela equipe da escola com os profissionais que os atendem no CAPS-i?	39,0	61,0

continua



BLOCO 5: Relação com sistema de segurança pública e outras medidas de segurança					
P.6	Com relação a sua escola, indique a existência das modalidades de participação de profissionais de segurança pública (polícia militar ou guarda civil municipal) na construção da segurança na escola especificadas a seguir?	Sim	Sim, mas em número insuficiente	Não	Não, e a escola não deveria ter/oferecer tais modalidades
A	Rondas externas sem contato interno	34,1	38,8	26,8	0,3
B	Rondas externas e assinatura em livro de presença mantidos na Escola	16,0	9,4	74,0	0,6
C	Realização de palestras sobre drogas e álcool (PROERD)	36,5	15,8	47,4	0,4
D	Realização de palestras sobre prevenção à violência	45,7	24,6	29,5	0,1
E	Policial Militar ou Guarda Municipal dedicado exclusivamente à sua escola	9,2	6,1	84,2	0,5
F	Participação de profissionais de segurança pública em projeto de mediação de conflitos no ambiente escolar	20,9	19,2	59,5	0,4
G	Outro tipo de programa/projeto formalmente instituído que envolva profissional de segurança pública	15,6	12,1	72,0	0,2
H	Existência de Segurança Privada armada	6,4	3,2	87,9	2,5
I	Há confiança suficiente entre a comunidade escolar e os profissionais de segurança pública para a construção da segurança no ambiente escolar	37,4	31,7	30,9	não se aplica
P.7	Com relação a sua escola, responda sobre a existência das medidas de segurança especificadas a seguir.	Sim	Sim, mas insuficiente	Não	Não, e a escola não deveria oferecer tais modalidades
A	Há rede ou canal para compartilhamento de ameaças de ataques violentos (incluindo ameaças realizadas por alunos) contra a escola e sua comunidade escolar (alunos, professores e funcionários)?	33,9	19,0	46,9	0,2
B	Há muros capazes de evitar a entrada de uma pessoa (muros com altura aproximada de 3 metros)?	31,6	24,8	43,3	0,3
C	Há cerca elétrica ou outro dispositivo de segurança sobre os muros no perímetro da escola?	12,9	3,7	82,7	0,7
D	Há detector de metais em funcionamento na entrada da escola?	7,4	1,1	90,4	1,1
E	Há algum dispositivo de controle de acesso na entrada da escola, como catraca?	9,8	2,9	86,9	0,4
F	Há controle de acesso à escola realizado por funcionário da escola?	57,7	27,6	14,6	0,1
G	Há controle de acesso e/ou vigilância externa realizada por agentes de segurança privada contratados pela escola?	14,7	5,8	78,8	0,7
H	Há revista pessoal de alunos e/ou de suas mochilas na entrada da escola?	6,6	4,3	86,1	3,0
I	Há câmeras de videomonitoramento em funcionamento na escola?	44,2	15,5	39,9	0,4
J	Há plano/protocolo de resposta a emergências em caso de ataques violentos na escola?	23,2	14,6	61,8	0,4
K	Há funcionário especialmente capacitado para tratar de ameaças de ataques violentos na escola?	9,9	7,6	82,0	0,5

continua

BLOCO 6: Casos de ataques violentos ocorridos na escola				
P.8	Com relação a sua escola, responda sobre a ocorrência de ameaças ou ocorrências de ataques violentos no espaço escolar.	Sim	Se sim, quantos ocorreram nos últimos 12 meses?	Não
A	Nos últimos 12 meses, a escola identificou, registrou e/ou endereçou casos de tentativas de ataques violentos no espaço escolar?	12,6	campo aberto	87,4
B	Nos últimos 12 meses, a escola identificou, registrou e/ou endereçou casos de ataques violentos consumados no espaço escolar?	4,5	campo aberto	95,5
C	Nos últimos 12 meses, a escola registrou e/ou encaminhou para órgãos da segurança pública/ Conselho Tutelar casos de tentativas de ataques violentos no espaço escolar?	12,6	campo aberto	87,4
D	Nos últimos 12 meses, a escola registrou e/ou encaminhou para órgãos da segurança pública/ Conselho Tutelar casos de ataques violentos consumados dentro no espaço escolar?	5,7	campo aberto	94,3

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, INEP, 2023.



Referências bibliográficas

BONDÜ, R.; SCHEITHAUER, H. Aktuelle Ansätze zur Prävention von School Shootings in Deutschland. *Praxis der Kinderpsychologie und Kinderpsychiatrie*, v. 58, 2009, p. 685-701.

BONDÜ, R. et al. International Perspectives on Prevention and Intervention in School Shootings. In BÖCKLER, N. et al. *School Shootings: International Research, Case Studies, and Concepts for Prevention*. New York: Springer, 2013, p. 343-362.

BORUM, R.; BARTEL, P.; FORTH, A. *Manual for the Structured Assessment of Violence Risk in Youth (SAVRY)*. Lutz, FL: Psychological Assessment Resources, 2002.

CARA, D. (Org.). *O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental*. Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2022.

CORNELL, D. G. Threat assessment as a school violence prevention strategy. *Criminology and Public Policy*, v. 19, n. 1, 2020, p. 235-252.

CORNELL, D. G. The Virginia Student Threat Assessment Guidelines: An Empirically Supported Violence Prevention Strategy. In BÖCKLER, N. et al. *School Shootings: International Research, Case Studies, and Concepts for Prevention*. New York: Springer, 2013, p. 379-400.

KELLNER, D. School Shootings, Crises of Masculinities, and the Reconstruction of Education: Some Critical Perspectives. In BÖCKLER, N. et al. *School Shootings: International Research, Case Studies, and Concepts for Prevention*. New York: Springer, 2013, p. 497-518.

KOPITKE, A. *Manual de segurança pública baseada em evidências: o que funciona e o que não funciona na prevenção da violência*. Passo Fundo, RS: EAB, 2023.

KOWALSKI, R. M. et al. K-12, college/university, and mass shootings: similarities and differences. *The Journal of Social Psychology*, v. 161, n. 6, 2021, p. 753-778.

LEUSCHNER, V. et al. Indicated Prevention of Severe Targeted School Violence: NETWorks Against School Shootings (NETWASS). In BÖCKLER, N. et al. *School Shootings: International Research, Case Studies, and Concepts for Prevention*. New York: Springer, 2013, p. 401-420.

LEVIN, J.; MADFIS, E. Mass Murder at School and Cumulative Strain: A Sequential Model. *American Behavioral Scientist*, v. 52, n. 9, 2009, p. 1227-1245.

MUSCHERT, G. W.; MADFIS, E. Fear of School Violence in the Post-Columbine Era. MUSCHERT, G. W. et al. (Org.). *Responding to school violence: confronting the Columbine effect*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 2014, p. 13-34.

NEWMAN, K. S. et al. Prevention, Intervention, and Coping with School Shootings. In NEWMAN, K. S. et al. (Org.). *Rampage: Social Roots of School Shootings*. New York: Basic Books, 2005, p. 271-298.

O'TOOLE, M. E. *The school shooter: A threat assessment perspective*. Quantico, VA: National Center for the Analysis of Violent Crime, Federal Bureau of Investigation, 2000.

VAN DYKE, R.; SCHROEDER, J. Implementation of the Dallas Threat of Violence Risk Assessment. In JIMERSON, S. R.; FURLONG, M. J. (Org.). *The handbook of school violence and school safety*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2006, p. 603-616.

VOSSEKUIL, B. et al. *The Final Report and Findings of the Safe School Initiative: Implications for the Prevention of School Attacks in of the Safe School Initiative*. United States Secret Service and United States Department of Education, 2004.

A visão da gestão escolar sobre os ataques violentos às escolas brasileiras:

Uma abordagem
exploratória das medidas
adotadas para prevenção
e enfrentamento
do problema



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

INEP

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

A visão da gestão escolar sobre os ataques violentos às escolas brasileiras:

Uma abordagem
exploratória das medidas
adotadas para prevenção
e enfrentamento
do problema



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

INEP

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO